



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coordenação e arbitragem** para atendimento de todas as atividades esportivas desenvolvidas pela Fundação de Esporte de Dourados-FUNED.

### 2. DA LICITAÇÃO

2.1 A presente contratação se dará pela modalidade de Pregão conforme condições discriminadas neste Termo de Referência.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A presente contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 fevereiro de 2005, Decreto Municipal nº 368 de 20 julho de 2009, Lei complementar nº 331, de 03 de julho de 2017, Lei complementar nº 341 de 19 de março de 2018, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações conforme condições discriminadas neste Termo de Referência.

### 4. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO

4.1. Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços.

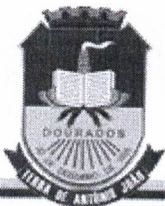
4.2. A licitação terá como tipo o MENOR PREÇO e como critério de julgamento o VALOR DO ITEM.

### 5. DOS SERVIÇOS

4.1 Relação dos serviços a serem solicitados para atender os jogos a serem organizados pela Fundação de Esporte de Dourados – FUNED.

ITEM	SERVIÇO	QTD
1	Serviços de arbitragem (Mínimo 4 árbitros) referente ao <b>Campeonato Interdistrital</b> . Categoria: Adulto. Modalidade: Futebol de Campo.	78
2	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Futsal.	608
3	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Handebol.	608
4	Serviços de arbitragem (Mínimo 5 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos.	608





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 201  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 5  
Proc. 5

	Modalidade: Basquetebol.	
5	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Voleibol.	608

Fls. 201  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 5  
Proc. 5

## 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação, realizada através da apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter o licitante prestado serviços compatíveis com o objeto dessa licitação.

I. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente que tenha pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

5.2 Apresentar declaração (Anexo I) que todos os árbitros contratados que executarão o serviço objeto deste edital são devidamente capacitados e possuem certificados de arbitragem, reconhecidos pelos órgãos competentes (Confederação, Federação, Liga, Associação ou Estado). Devendo no ato da assinatura do contrato apresentar cópia autenticada dos mesmos.

I. Os atestados/certificados deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia autenticada, assinada por autoridade ou representante de quem as expediu, com a devida identificação.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução do serviço será solicitada através da **OS- Ordem de serviço** emitida pela Fundação de Esporte de Dourados - FUNED.

6.2. Durante a execução, todos os árbitros bem como os auxiliares e anotadores deverão estar uniformizados e possuírem todos os materiais de trabalho.

6.3. Nas competições serão adotadas as Regras Oficiais da modalidade, mais o que dispuser o regulamento específico da competição, sendo exigido das equipes e atletas o uniforme e equipamentos obrigatórios.

6.4. Nos casos de mau tempo (modalidades ao ar livre) ou desistência de competidores, o Departamento de Esporte comunicará a não realização do jogo, rodada ou campeonato;

6.5. Os serviços serão realizados nesta cidade de Dourados-MS, ou em outro local determinado com antecedência pela Fundação de Esportes de Dourados, respeitando, obrigatoriamente, a quantidade determinada.

6.6. O serviço deverá ser executado conforme o Calendário esportivo da Fundação, obedecendo cronograma de eventos esportivos desenvolvidos por esta Fundação durante o decorrer do ano.

6.7. O serviço deverá ser executado, de forma parcelada, conforme calendário anual dos jogos escolares entre outros eventos realizados pela Fundação de Esporte de Dourados – FUNED.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 3832/12  
Prot. E. 3832/12  
Rub. 35  
Proc. 35

6.8. Os serviços deverão estar em acordo com a Legislação vigente, com as Normas de Segurança do trabalho e Prevenção de acidentes e dentro dos Padrões de qualidade e Normas Técnicas previstos pela ABNT, além de estarem em conformidade com a Normas e Regras Esportivas vigentes no Estado e País.

6.9. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações na proposta de preços.

Fls. 202  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 35  
Proc. 35

**7. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO**

7.1 Conforme o prevê o Artigo 73/ da Lei 8.666/93.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Substituir Profissionais com antecedência, a fim de evitar possíveis danos aos eventos.
- b) Responsabilizar-se pelo transporte dos Profissionais.
- c) Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou equipamentos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- d) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste CONTRATO, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais; A prestação dos serviços será de responsabilidade total da CONTRATADA, que formalizará quem, efetivamente a prestará.
- e) O descumprimento do prazo de atendimento ou a não substituição do Profissional que não estará atendendo as exigências deste termo, ensejará a aplicação de multas a CONTRATADA, calculadas sobre o valor total do CONTRATO.
- f) Durante todo o período, o serviço deverá ser prestado de modo a remover qualquer tipo de danos nos eventos, apresentados pelo profissional, compreendendo, nesse caso, a substituição á fim de manter os eventos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Município de Dourados-MS.
- g) Os serviços deverão ser prestados em locais de acordo com o cronograma dos jogos em horários não especificados, tais como nos dias de semana e ou finais de semana. Seguindo os andamentos dos eventos.
- h) A falta de profissional não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- i) As despesas relativas aos eventuais deslocamentos correrão por conta da CONTRATADA e sob sua exclusiva responsabilidade.
- j) Os materiais e equipamentos necessários nos serviços de coordenação ficarão a cargo da CONTRATADA, estando esta responsável pela logística e fornecimento para o bom desenvolvimentos dos eventos. A ausência de equipamentos necessários comportará na inexecução parcial ou total do serviço contratado, e não eximirá a CONTRATADA das penalidades legais.





k) Os serviços deverão estar em acordo com a Legislação vigente, com as Normas de Segurança do trabalho e Prevenção de acidentes e dentro dos Padrões de qualidade e Normas Técnicas previstos pela ABNT, além de estarem em conformidade com a Normas e Regras Esportivas vigentes no Estado e País.

l) Deverá também cercar-se das garantias legais nos termos da legislação trabalhista, encargos previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive em relação à higiene, saúde, segurança e medicina do trabalho, fornecendo uniformes, e equipamentos de segurança e proteção individual adequado (EPI e EPC).

## 9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

- a. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades de serviços a serem realizados, respeitando-se as quantidades máximas estabelecidas e, o acréscimo legal de até 25% (se houver);
- b. Exercer a fiscalização dos serviços realizados por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- c. Proporcionar à CONTRADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a realização dos serviços;
- d. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados e indicar os locais onde serão realizados os serviços;
- e. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- f. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- g. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital;
- h. Aplicar à CONTRADA as sanções regulamentares e contratuais;

## 10 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES – REGISTRO DE PREÇOS

### 10.1 Compete ao Órgão Gestor:

- a. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- b. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação no Diário Oficial, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- c. Indicar para os Órgãos e Entidades Usuários do registro de Preços os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;
- d. Gerenciar o registro de preço e acompanhar, periodicamente, por meio do Departamento Central de Compras, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser paga pela Administração;
- e. Emitir a autorização de compra;
- f. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- g. Aplicar penalidades e sanções cabíveis;

### 10.2 Compete aos Órgãos ou Entidades Usuários:

- a. Firmar ou não a contratação do objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas;
- b. Proporcionar ao compromitente fornecedor todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 204  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 85  
Proc. 95

Fls. 204  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 85  
Proc. 95

- c. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital;
- d. Informar ao Gerenciador da Ata, da inexecução total do compromisso, caracterizada pelo não comparecimento da fornecedora para a retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes;
- e. Aplicar as penalidades de sua competência ao fornecedor faltoso;
- f. Notificar FUNED / Departamento Central de Compras, dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados em Ata;
- g. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo compromitente fornecedora;
- h. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital;

**10.3 Compete ao Compromitente Fornecedor (a):**

- a. Entregar os materiais/serviços nas condições estabelecidas no presente Termo de Referência e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- b. Fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis;
- c. Manter, durante a vigência do Registro de Preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d. Substituir os materiais recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- e. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- f. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos materiais/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela FUNED do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- g. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela FUNED, resultante do ato de revisão;
- h. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a FUNED optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à FUNED ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- j. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas.

**11. DA CONTRATAÇÃO**

- a. Homologada a licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, as fornecedoras e órgãos participantes, com características de compromisso da licitante vencedora.
- b. A Prefeitura Municipal de Dourados/MS através do Departamento de Licitação convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.
- c. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Dourados/MS.
- d. Colhidas as assinaturas, o Departamento de Licitações providenciará a imediata publicação da Ata no Diário Oficial do Município e estará disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Dourados/MS ([www.dourados.ms.gov.br](http://www.dourados.ms.gov.br)).
- e. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.
- f. Caso a fornecedora, primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Termo de Referência, a Prefeitura Municipal





de Dourados/MS através do Departamento de Licitação convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

g. Decorridos 60 (sessenta) dias da ata de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

h. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada.

i. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigido da(s) licitante(s) vencedora(s) a apresentação dos comprovantes de regularidade do INSS e do FGTS, Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Contribuições Federais.

j. A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

## 12 DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

a. Serão usuários do Registro de Preços os órgãos da administração direta e indireta, do Município de Dourados-MS;

b. A Fundação de Esportes de Dourados não prevê quantidades na sua Ata de Registro de Preço para adesões de caronas futuras para outros órgãos;

c. Caberá aos órgãos ou entidades usuários a responsabilidade, após contratação, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência;

d. Caberá ainda aos órgãos ou entidades usuários informarem ao gerenciador da Ata de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada de nota de empenho e assinatura do contrato, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso;

e. Aos órgãos ou entidades usuários da Ata de Registro de Preços, fica vedada a aquisição de materiais com preços superiores aos registrados, devendo notificar a SEMFAZ – Departamento Central de Compras, os casos de licitações com preços inferiores a estes;

f. A Fundação de Esportes de Dourados não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição do item, respeitada a legislação relativa as licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de Preços preferência em igualdade de condições.

## 13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 Nos termos do Artigo 67 da Lei 8.666/93, a gestão do presente contrato e seu objeto serão realizados pelo contratante, no Departamento de Esporte da FUNED na pessoa do servidor **Carlos Eduardo Stranieri- Matrícula Funcional 114764673-5.**

## 14 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

14.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (meses), meses, contados a partir do extrato de sua publicação.

## 15. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 O prazo DE VIGENCIA DO CONTRATO A ser celebrado deverá ser contado a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2020, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, admitida prorrogação nos termos da Lei Federal nº 8.666/96 com suas alterações.

## 16. DO VALOR ESTIMADO





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. \_\_\_\_\_  
Prot. E. 3832/19  
Rub. \_\_\_\_\_  
Proc. 85

16.1 As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão a cargo da Fundação de Esporte de Dourados, no que se refere a reserva orçamentaria **R\$ 370.949,54 (Trezentos e Setenta mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**

Fls. 204  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 85  
Proc. \_\_\_\_\_

**17. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**01 - FUNED**

**13.00** - Secretaria Municipal de Educação

**13.03**- Fundação de Esporte de Dourados

**2.115**- Implementação de Proj. Esp. E Inc. á Pratica de Esp. e Lazer Comunitário.

**33.90.39.00**- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

Fonte: **100000- Ficha 356**

**18. DO PAGAMENTO**

a) Os pagamentos, decorrente da prestação de serviços objeto desta licitação serão efetuados conforme o cronograma das etapas dos eventos, mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

b) Quando do pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as certidões negativas de débitos da União, Estado e Município e relativas a Débitos Trabalhistas, que deverão estar dentro do prazo de validade.

c) **A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega dos materiais:**

- i. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- ii. **Nota fiscal** gerada pelo fornecimento dos serviços realizados solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não realização dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Fundação de Esporte de Dourados e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
- iii. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS).

a) No caso da empresa contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso IV do art. 4º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244 de 30/01/2012, devidamente assinada pelo responsável e no original.

b) A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos materiais e, conseqüentemente, da nota fiscal.

**19. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

19.1. Por fim, registra-se que o presente termo de referência foi elaborado pelo Servidor **Rodrigo Navarro de Mattos, matrícula funcional nº 114771978-1**, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade.

**RODRIGO NAVARRO DE MATTOS**  
Diretor de Departamento- FUNED



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. \_\_\_\_\_  
Prot. E. 3832/12  
Rub. \_\_\_\_\_  
Proc. SS

**20. DA AUTORIZAÇÃO**

20.1 Aprovo o presente Termo de Referência e autorização da licitação

Fls. 204  
Prot. E. 3832/19  
Rub. SS  
Proc. \_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
**DANIEL FERNANDES ROSA**  
**DIRETOR PRESIDENTE- FUNED**

Por fim, registra-se que o termo de Referência em anexo foi alterado pelo (a) Servidor (a) **Rodrigo Navarro de Mattos, matrícula funcional nº 114771978-1** conforme parecer jurídico nº459/2020/PGM, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade.

  
\_\_\_\_\_  
**RODRIGO NAVARRO DE MATTOS**  
**DIRETOR DE DEPARTAMENTO- FUNED**

  
\_\_\_\_\_  
**DANIEL FERNANDES ROSA**  
**DIRETOR PRESIDENTE- FUNED**





## 1. DA JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de arbitragem se faz necessária, haja vista que o Departamento de Esportes da Fundação de Esporte de Dourados – FUNED, não dispõe de pessoal técnico ou capacitado para a prestação do referido serviço, que, portanto, se torna essencial para o bom desenvolvimento e sucesso de diversos projetos e eventos esportivos.

Ademais, a contratação do aludido serviço realizará o interesse público, pois ajudará no incentivo e manutenção do esporte amador no município e ainda a prática de esportes tornando uma sociedade mais saudável.

A contratação da prestação de serviços vem ao encontro com o plano do Governo Municipal que é o incentivo a prática de esportes, com o intuito de intensificar a participação da sociedade Douradense nas competições, despertando o trabalho em equipe e o espírito de competição saudável entre os desportistas de diversos segmentos, objetivando desta forma, o envolvimento da comunidade e classe estudantil de nossa cidade.

Dourados – MS, 22 de abril de 2020.



---

**DANIEL FERNANDES ROSA**  
**DIRETOR PRESIDENTE- FUNED**





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 209  
Prot. E. 3832/19  
Rub. 15  
Proc. \_\_\_\_\_

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que todos os profissionais contratados que executarão os serviços objeto deste edital são devidamente capacitados e possuem certificados de arbitragem, que, portanto, serão apresentados no momento da assinatura do contrato.

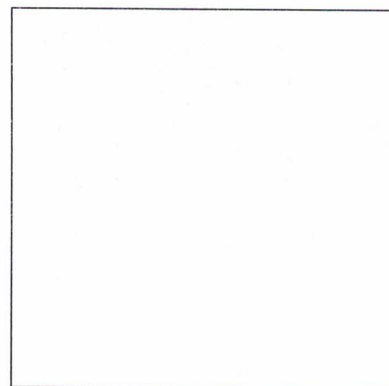
Dourados/MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

Número do documento oficial: \_\_\_\_\_

Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CARIMBO DA EMPRESA







**APÊNDICE "A"**

**RELAÇÃO DE CÓDIGOS DOS SERVIÇOS NO COMPRASNET**

Item	Cód N&A	Cód Comprasnet Sugerido	Especificação	Unidade Medida
1	2313	18449	Serviços de arbitragem (Mínimo 4 árbitros) referente ao <b>Campeonato Interdistrital</b> . Categoria: Adulto. Modalidade: Futebol de Campo.	UND
2	3120	18449	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Futsal.	UND
3	3121	18449	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Handebol.	UND
4	3122	18449	Serviços de arbitragem (Mínimo 5 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Basquetebol.	UND
5	3123	18449	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 árbitros) referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17 anos. Modalidade: Voleibol.	UND

**APÊNDICE "B"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

**Prefeitura Municipal de Dourados**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:





- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
- II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

**APÊNDICE "C"**

**1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET) E INTERVALO MÍNIMO DE LANCES**

**1.1.**

	SERVIÇO	CÓDIGO COMPR AS (N&A)	UNIDADE COMPRAS (N&A)	UNIDADE CATMAT/ CATSER	CÓDIGO CATMAT/ CATSER	INTERVALO DE LANCES
1	Serviços de arbitragem (Mínimo 4 referente ao <b>Campeonato Interdistrital</b> Categoria: Adulto. Modalidade: Futebol de Campo. <i>A</i> )	2313	UND	UND	18449	R\$ 1,00
2	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED)</b> de 12 a 14 anos e <b>Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD)</b> de 15 a 17anos. Modalidade: Futsal. <i>2</i> )	3120	UND	UND	18449	R\$ 1,00
3	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 referente aos <b>Jogos Escolares de</b>	3121	UND	UND	18449	R\$ 1,00





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls.: 212  
Prot. E.: 3832/19  
Rub.: 35  
Proc.:

	<b>Dourados (JED) de 12 a 14 anos e Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD) de 15 a 17 anos. Modalidade: Handebol.</b>					
4	Serviços de arbitragem (Mínimo 5 referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED) de 12 a 14 anos e Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD) de 15 a 17 anos.</b> Modalidade: Basquetebol.	3122	UND	UND	18449	R\$ 1,00
5	Serviços de arbitragem (Mínimo 3 referente aos <b>Jogos Escolares de Dourados (JED) de 12 a 14 anos e Jogos da Juventude de Dourados (JOJUD) de 15 a 17 anos.</b> Modalidade: Voleibol.	3123	UND	UND	18449	R\$ 1,00

**2. DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR**

- 2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 2.2. O valor estimado da licitação não será sigiloso, sendo, portanto, disponibilizado aos interessados.

**3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS**

- 3.1. A licitação será exclusiva para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.
- 3.2. Não será aplicada reserva de cota, estabelecido no art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.
- 3.3. Será concedida margem de preferência para MPE sediadas local ou regionalmente a esta licitação, conforme benefício estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações.
- 3.4. Não será exigido a subcontratação de ME ou EPP ou MEI, estabelecido no art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.